

Documentação Oficial: Decreto de Emergência nº 08/2026

PIRANHAS / ALAGOAS

MARÇO 2026

Documento de referência técnica e administrativa relativo à declaração de Situação de Emergência no município de Piranhas, estado de Alagoas, em consequência das chuvas intensas e do desastre natural hidrológico ocorridos em fevereiro de 2026. Este material destina-se exclusivamente a fins de teste e demonstração em ambiente controlado.

Crise Climática em Piranhas

O Decreto nº 08/2026 constitui o instrumento jurídico central da resposta municipal ao desastre climático que assolou Piranhas no final de fevereiro de 2026. Assinado pelo prefeito Tiago Torres Freitas em 2 de março de 2026, o decreto reconhece formalmente a gravidade da situação e habilita o município a acionar mecanismos legais e financeiros para a recuperação das áreas afetadas.

Assinatura Oficial

O Decreto foi assinado pelo prefeito **Tiago Torres Freitas** em **2 de março de 2026**, oficializando a Situação de Emergência em áreas urbanas e rurais do município.

Causa do Desastre

Chuvas intensas entre **25 e 28 de fevereiro** provocaram enxurradas severas, classificadas como desastre natural hidrológico, com impacto direto na infraestrutura local.

Âmbito de Aplicação

A medida abrange tanto a **zona urbana** quanto a **zona rural** de Piranhas, incluindo o Sítio Histórico tombado pelo IPHAN e o distrito de Entremontes.

O Impacto do Desastre

Os eventos pluviométricos registrados entre 25 e 28 de fevereiro de 2026 resultaram em danos de grande magnitude para um município de pequeno porte. A combinação entre a intensidade das chuvas, a topografia acidentada e a vulnerabilidade das infraestruturas existentes ampliou significativamente os prejuízos materiais e humanos.

300mm

Precipitação Acumulada

Volume de chuva registrado em apenas dois dias, superando amplamente a média histórica esperada para períodos muito mais longos.

180

Dias de Validade

Prazo estabelecido pelo decreto para a execução das ações de recuperação, assistência e reconstrução nas áreas afetadas.

2004

Tombamento IPHAN

Ano em que o Sítio Histórico de Piranhas foi oficialmente tombado, incluindo o núcleo histórico e o distrito de Entremontes.

Danos Críticos Identificados

- Comprometimento severo da malha viária urbana e rural
- Alagamentos em bairros centrais e áreas ribeirinhas
- Interdição de estradas vicinais, isolando comunidades
- Famílias desalojadas e desabrigadas em situação de vulnerabilidade

Patrimônio Histórico Afetado

As áreas tombadas pelo IPHAN em 2004, incluindo o **Centro Histórico** e o **distrito de Entremontes**, sofreram avarias significativas. A preservação deste patrimônio cultural de valor nacional tornou-se uma prioridade imediata na resposta ao desastre, exigindo intervenções técnicas especializadas e compatíveis com as diretrizes de conservação.

Monitoramento de Risco e Preservação

A imagem acima representa o mapeamento das áreas atingidas em Piranhas, com destaque para o Centro Histórico e a orla do Rio São Francisco. Este tipo de monitoramento é fundamental para orientar as ações de resposta, identificar zonas de risco recorrente e planejar intervenções estruturais de longo prazo que reduzam a vulnerabilidade do município a eventos climáticos extremos.

Centro Histórico

Núcleo tombado pelo IPHAN com arquitetura colonial preservada, registrado como área de intervenção prioritária para recomposição e restauro.

Orla do Rio São Francisco

Zona ribeirinha com elevado risco de inundação, requerendo sistemas de drenagem reforçados e planos de contingência para eventos futuros.

Distrito de Entremontes

Área histórica integrante do sítio tombado, com acessos comprometidos e necessidade de intervenção emergencial para restabelecimento da conectividade.

Resposta Administrativa e Legal

A declaração de Situação de Emergência habilita o município a adotar medidas administrativas excepcionais, previstas em legislação federal, para agilizar a resposta ao desastre. O Decreto nº 08/2026 estabelece o arcabouço jurídico necessário para a mobilização de recursos, a contratação de serviços e a execução de obras em regime de urgência.



Prazo de Validade

Validade de 180 dias para recuperação

Mobilização Setorial

Dispensa de licitação (Lei 14.133/2021)

Crédito Extraordinário

Recursos para custeio de serviços essenciais

A **Lei nº 14.133/2021** (Nova Lei de Licitações) prevê a possibilidade de dispensa de licitação em situações de emergência ou calamidade pública, permitindo ao município contratar serviços e adquirir bens com maior celeridade. A abertura de **Crédito Extraordinário** complementa este mecanismo, viabilizando a dotação orçamentária necessária para custear os serviços essenciais de resposta e as obras de reconstrução.

- i** O prazo de 180 dias estabelecido pelo decreto é o período máximo para a execução das ações de recuperação e assistência, findo o qual o município deverá apresentar prestação de contas completa dos recursos aplicados.

Apoio Federal e Estadual

A resposta ao desastre em Piranhas contou com o envolvimento direto dos níveis federal e estadual de governo, que disponibilizaram recursos financeiros e apoio técnico para as ações de recuperação. A articulação entre os três entes federativos foi determinante para garantir a escala de investimento necessária à reconstrução do município.

Ministério da Integração

Por meio da **Portaria nº 826**, publicada em março de 2026, o Ministério da Integração autorizou a liberação de **R\$ 1,53 milhão** destinados a ações de resposta civil e assistência às populações afetadas pelo desastre hidrológico.

- Recurso federal direcionado à proteção civil
- Autorização formal via portaria ministerial
- Integração com o sistema nacional de defesa civil

R\$1,5M

Recurso Federal

Valor autorizado pelo Ministério da Integração via Portaria nº 826 para ações de resposta civil.

Governo do Estado de Alagoas

O governo estadual anunciou um pacote de **R\$ 15 milhões** em investimentos para a reconstrução de estradas, a cargo do **DER (Departamento de Estradas de Rodagem)**, e para a requalificação urbana das áreas mais afetadas pelo desastre.

- Reconstrução de rodovias e estradas vicinais
- Requalificação de infraestruturas urbanas
- Apoio logístico e técnico às equipes municipais

R\$15M

Investimento Estadual

Pacote anunciado pelo Governo de Alagoas para reconstrução de estradas e requalificação urbana.

Preservação do Patrimônio Histórico (IPHAN)

O Centro Histórico de Piranhas, tombado pelo IPHAN em 2004, representa um dos conjuntos arquitetônicos coloniais mais relevantes do estado de Alagoas. Os danos causados pelas enxurradas exigiram a ativação imediata de protocolos especiais de intervenção, garantindo que as obras de recuperação respeitassem as diretrizes de conservação do patrimônio cultural brasileiro.



Autorização Imediata de Intervenções

O IPHAN autorizou a realização de intervenções técnicas e obras emergenciais no Centro Histórico de Piranhas, assegurando que os procedimentos adotados fossem compatíveis com as normas de preservação do patrimônio tombado.



Recomposição de Acessos

Foi determinada a aplicação de asfalto emergencial na região do **Cabrobó** e em outras áreas tombadas, restabelecendo a acessibilidade ao sítio histórico e garantindo a segurança de moradores e visitantes.



Protocolos e Diretrizes Legais

Todas as intervenções devem cumprir as diretrizes de arquitetura e paisagismo conforme a **Lei nº 6.650/2005**, que regulamenta a proteção do patrimônio cultural no contexto de emergências e desastres naturais.

Medidas Estruturais em Execução

Em paralelo às ações de assistência humanitária, o município de Piranhas iniciou a execução de medidas estruturais destinadas a restabelecer a normalidade das infraestruturas essenciais. Estas intervenções envolvem desde a liberação de vias de acesso até a implementação de sistemas de drenagem mais resilientes.

01

Restabelecimento do Tráfego — Rodovia AL-225

A liberação da rodovia AL-225 foi realizada com o emprego de maquinário pesado para remoção de detritos, desobstrução de vias e reparo de trechos danificados pelas enxurradas, restabelecendo a principal ligação viária do município.

02

Drenagem Urbana — Avenida José Nunes de Vasconcelos

A implementação de novos sistemas de escoamento na Avenida José Nunes de Vasconcelos e em outras vias críticas visa prevenir a recorrência de alagamentos e aumentar a resiliência da infraestrutura urbana frente a eventos pluviométricos intensos.

03

Assistência Humanitária às Famílias Afetadas

As secretarias municipais organizaram campanhas de doativos e ações de assistência direta às famílias desalojadas, incluindo distribuição de alimentos, materiais de higiene e apoio psicossocial às populações mais vulneráveis.

Transparência e Prestação de Contas

A gestão dos recursos públicos mobilizados em resposta ao desastre exige rigoroso controle e transparência. O município de Piranhas adota instrumentos oficiais de registro e monitoramento que garantem a rastreabilidade das ações executadas e a prestação de contas aos órgãos fiscalizadores e à população.

Sistema S2iD

O município utiliza o **Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD)** para o registro oficial de todas as ocorrências, danos e ações de resposta. Este sistema federal permite o acompanhamento em tempo real da situação e fundamenta os pedidos de recursos junto aos entes estadual e federal.

Prestação de Contas

Conforme determinação legal, a **prestação de contas final** do montante transferido deve ocorrer no prazo de **30 dias** após o encerramento da execução das ações. Este processo inclui a comprovação documental de todos os gastos realizados e a demonstração da conformidade com os objetivos estabelecidos no decreto.

- Registro de todas as despesas no S2iD
- Comprovação documental das contratações
- Relatório final de execução das obras
- Aprovação pelos órgãos de controle interno e externo

☐ A transparência na gestão dos recursos emergenciais é fundamental para garantir a credibilidade das ações de reconstrução e para assegurar a continuidade do apoio federal e estadual ao município.

Rumo à Reconstrução

O processo de reconstrução de Piranhas representa não apenas a recuperação física das infraestruturas danificadas, mas também a reafirmação do compromisso coletivo com a preservação de um patrimônio cultural único e com a segurança das comunidades que habitam este território histórico às margens do Rio São Francisco.



Segurança da População

A prioridade máxima permanece a proteção e o bem-estar dos cidadãos de Piranhas, com ações contínuas de monitoramento de risco e preparação para eventos futuros.



Restauro do Patrimônio

A restauração do patrimônio cultural único de Piranhas, incluindo o Centro Histórico tombado, é um compromisso que transcende gerações e exige planejamento de longo prazo.



Articulação Institucional

O sucesso da recuperação depende da articulação contínua entre o poder municipal, o Governo do Estado de Alagoas e o apoio técnico e financeiro do governo federal.

"A reconstrução de Piranhas é uma responsabilidade compartilhada que exige cooperação, transparência e compromisso com as gerações presentes e futuras."

DECRETO Nº 08/2026

PIRANHAS / AL

SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA